



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO REALIZADO PELA FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

PROCESSO Nº: 2022.123271894

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM (ITENS 1 A 52) E POR GRUPO (GRUPOS 1 E 2)

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/07/2022

HORÁRIO: 09h30m (Horário de Brasília-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 926668

PREGOEIRO: JOÃO PAULO DE ALBUQUERQUE



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022

1. PREÂMBULO

1.1. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando-se do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, cujo critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM (ITENS 1 A 52) E POR GRUPO (GRUPOS 1 E 2)**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente o O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO REALIZADO PELA FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência de Referência nº 008/2022/SGEL/ALMT (Anexo I do Edital).

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema Comprasnet e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor no sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da



licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3 de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. que se encontrem sob falência;

4.3.2. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.3 que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.3.4 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

4.3.8. Que tenham sido declaradas inidôneas, por qualquer órgão da Administração Pública, que estejam punidos com suspensão do direito de contratar ou licitar com a ALMT, bem como as que se encontrem impedidos de licitar, na forma do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;



4.3.9. Das quais participe servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada à **ALMT**, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos. 42 a 49.

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;



4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total ou percentual de desconto (se for o caso);

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4.1. Não serão aceitas as descrições que contenham somente: “IDEM AO EDITAL”, OU “CONFORME O EDITAL”, OU “OUTRAS DESTE GÊNERO”.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



- 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deve ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).
- 7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte



participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.28.1. no país;

7.28.2. por empresas brasileiras;

7.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.



7.28.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do valor ofertado em relação ao preço de referência, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final incompatível com o valor estimado de contratação ou cujo preço seja manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços usuais de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



8.3. Qualquer interessado poderá solicitar que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.

8.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta, dentre outros, aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3.Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (<http://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/477>);

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de



improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica (níveis I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica), conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade do documento digital ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio dos documentos originais não-digitais ou por cópia autenticada.

9.4.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à **Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Superintendência do Grupo Executivo de Licitação SGEL – ALMT, situada na Avenida André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA, CEP: 78049-901, Cuiabá-MT – Tel.: (65) 3313-6410.**

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação Jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social



em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade com as fazendas públicas:

- a) Federal: A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Prova de regularidade, para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante;
- c) Prova de regularidade, para com a Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede ou domicílio da licitante;
- d) Serão aceitas as certidões conjuntas de regularidade fiscal estadual – Fazenda Estadual e Dívida Ativa – emitidas pelos órgãos competentes nos Estados onde a licitante tenha sede ou domicílio;



- e) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal (ou órgão equivalente) da localidade ou sede da licitante;
- f) Prova de regularidade, para com a Dívida Ativa do Município, expedida pela Procuradoria Geral do Município da sede ou domicílio da licitante;
- g) Serão aceitas as certidões conjuntas de regularidade fiscal municipal – Fazenda Municipal e Dívida Ativa – emitidas pelos órgãos competentes no município onde a licitante tenha sede ou domicílio;

9.9.3. Prova de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.9.4. Prova de Regularidade Trabalhista perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.9.5. Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte Municipal e/ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

9.9.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.9.8 A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação Econômico - Financeira:

9.10.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de até 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação das propostas;



9.10.2 Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do índice IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir (caso **não** se trate de licitante regularmente enquadrada como ME ou EPP, nos termos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9.10.3. Declaração anual de rendimentos/imposto de renda (caso se trate de licitante regularmente enquadrada como ME ou EPP, nos termos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

9.10.3.1. A licitante, enquadrada como ME/EPP, que apresentar os demonstrativos contábeis descritos no item 9.10.2 fica dispensada da apresentação da declaração anual de rendimentos.

9.10.4 A comprovação de boa situação financeira nos termos do art. 31, § 5º da Lei nº 8.666/93, será constatada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



Ativo Circulante

$$LC = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (Dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.6. Para fins de atendimento do item 9.10 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

9.10.6.1. Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (sociedade anônima):

9.10.6.2. Publicados em Diário Oficial;

9.10.6.3. Publicados em jornal de grande circulação;

9.10.6.4. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.10.6.5. Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):

9.10.6.6. Extraídos do Livro Diário, acompanhado de fotocópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

9.10.6.7. Sociedade criada no exercício em curso:

9.10.6.8. Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes.

9.10.6.9. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 1420/2013 da RFB e



alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, na seguinte forma:

- a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;
- b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

9.10.7. O balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício (DRE), o balanço de abertura, bem como o documento referido no item 9.10.4, a serem apresentados, conforme o caso, deverão estar assinados pelos administradores da empresa constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por profissional de contabilidade legalmente habilitado no CRC.

9.11. Qualificação Técnica

9.11.1. Atestado de Capacidade Técnica (Art. 30, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido, satisfatoriamente, objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o da presente licitação;

9.11.1.1. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

9.11.1.2. Os atestados apresentados somente serão aceitos se expedidos após a conclusão do contrato.

9.11.1.3. Será admitido o somatório de atestados de períodos concomitantes.

9.11.1.4. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso poderá promover diligências e exigir documentos adicionais para averiguar a veracidade das informações constantes na documentação apresentada, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas, além de incorrer nas sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.



9.11.2. Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da sede da licitante;

9.11.3. Alvará Sanitário, Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede do licitante.

9.12. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 . DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.



14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A Adesão de outros órgãos da Administração Pública, Estadual e Municipal a ata registro de preços somente poderá ser feita mediante previa autorização por escrito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, respeitado o disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

14.6. A Adesão deverá ser de acordo com os procedimentos administrativos estabelecidos na RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005 – AL/MT, publicada no DOE/MT nº 26193 de 16 de dezembro de 2013, pg. 23.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceito instrumento equivalente (Nota de empenho/Carta contrato/Autorização).

15.1.1 O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da data de sua assinatura.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinar o Termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR)



ou meio eletrônico, que seja assinado ou aceito no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data do seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

15.4.1. Nos casos estabelecidos em lei, será admitida a prorrogação, desde que prevista tal possibilidade no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DOS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

16.1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas no Termo de Referência e Contrato anexos a este Edital.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de contrato, anexa a este Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. No caso de descumprimento das obrigações e demais condições do contrato, garantida o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa da **CONTRATADA**, serão aplicadas as seguintes sanções administrativas estabelecidas, sem prejuízo do estabelecido no Termo de Referência e Contrato:

18.1.1. Advertência;

18.1.2. Multa, na forma prevista neste instrumento e no contrato;

18.1.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.1.5. Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

18.2. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a **CONTRATADA** poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei



10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

18.2.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

18.2.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento, conforme o caso.

18.3. O licitante vencedor que desatender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido, ficará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

18.4. As multas serão descontadas dos créditos da empresa contratada ou cobradas administrativa e/ou judicialmente.

18.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

18.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis, e as multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao órgão.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei Estadual nº 7.692, de 2002.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser feitos por forma eletrônica, pelo email **sgel@al.mt.gov.br** ou por petição dirigida e protocolada no setor de protocolo geral do Edifício Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (endereço constante no rodapé).

19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública.

19.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.8. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão juntadas aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19.9. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, que implique no retardamento da execução do certame, poderá ensejar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a aplicação, pela autoridade competente, da pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. Poderá ocorrer, após encerramento da etapa de lances, a solicitação de amostras ou prova de conceito, somente da primeira colocada provisória, sendo informada a data de sessão da análise da amostra ou prova de conceito, e será facultado às demais licitantes o acompanhamento da análise de amostra ou prova de conceito da primeira colocada provisória.

20.6.1. Caso a primeira colocada provisória não seja aprovada na análise de amostra ou prova de conceito, conceder-se-á o mesmo prazo para a segunda colocada provisoriamente e assim sucessivamente.

20.6.2. Na prova de amostrar deverá ser observado o procedimento constante do termo de referência.

20.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.12. O Edital e seus anexos estarão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

20.13. Os interessados deverão, em todos os casos, observar os canais adequados de comunicação disponibilizados pela ALTM durante a licitação, a vigência da ata de registro de preços e a execução do contrato.

21. DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA



21.1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

22. DOS ANEXOS

22.1. São partes integrantes deste Edital os anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Modelo Padrão de Proposta de Preços
- c) ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- d) ANEXO IV – Minuta Contratual

Cuiabá - MT, 05 de julho de 2022.

João Paulo de Albuquerque
Pregoeiro Oficial - ALMT



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 008/2022/SGEL/ALMT

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO REALIZADO PELA FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

1. **ÓRGÃO INTERESSADO**

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

2. **ÁREA INTERESSADA**

O presente termo de referência foi construído com base nas informações apresentadas no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N.º 003/2022/SUSQ** elaborado pela equipe da Superintendência de Saúde e Qualidade de Vida, carreado aos autos às fls. 03/19.

3. **RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

Nome: Adair Rosalino Alves Pereira

Matrícula: 41.353

4. **MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

4.1 Modalidade: **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

4.1.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, tendo em vista que os materiais a serem adquiridos enquadram-se nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, o qual aduz que: ***“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.***

4.1.2 ***“Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante ao art. 7º, XIII da Instrução Normativa nº 40. E se possível, a adjudicação do item, deverá ser realizada através de PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, em observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, visto que a administração obterá um mecanismo ágil e seguro para realização de***



futuras aquisições de forma parcelada e eventual sem comprometimento da execução orçamentária". **INFORMAÇÃO EXTRAÍDA DO ITEM 11 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 003/2022/SUSQ, FLS. 19**

- 4.2 O tipo de licitação é o **MENOR PREÇO POR ITEM (ITENS 1 A 52) E POR GRUPO (GRUPOS 1 E 2)**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, sendo utilizado para compras e serviços de modo geral e para aquisição de materiais/bens. Assim, com referido método pretende-se reduzir consideravelmente os riscos de execução, permitindo propostas mais consistentes e econômicas por parte dos licitantes, bem como ampliar a competição.
- 4.2.1 Ademais, após a conclusão da pesquisa de preços, carreado aos autos às fls. 633/672, verificamos que os valores estimados, em especial os materiais da área de psicologia, apresentaram valor total abaixo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).
- 4.2.2 Diante dessa situação, pode-se argumentar que existe enorme potencial para a gestão estratégica das compras, de modo a planejar com base na priorização dos objetos, visando preços mais vantajosos e competitivos.
- 4.2.3 Assim, os itens de 01 ao 52, de relevância econômica alta e/ou intermediária, pode-se licitar por item, já para os itens 53 ao 83, de pouca relevância econômica, pode-se promover agrupamento dos itens em lotes, conforme a homogeneidade dos objetos e a natureza do mercado fornecedor. Isso tende a aumentar o interesse dos licitantes em oferecer preços melhores, já que os itens estão agrupados, representando maior volume de vendas, justificando o ganho de escala.
- 4.2.4 Vale ressaltar que em razão do agrupamento a probabilidade da empresa oferecer um desconto é maior para o conjunto integral de itens de baixo valor do que para fornecer um ou outro desses itens isolados, visto que a logística de entrega pode ser inviabilizada na venda isolada.
- 4.2.5 Além disso, deve-se observar o princípio da racionalidade administrativa prevista no art. 14 do Decreto-Lei nº 200/67:



Art. 14. O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

- 4.2.6 Desta feita, a modelagem da compra levaria em conta o agrupamento dos itens em lotes ou até mesmo em um único lote, visando aumento de interesse concorrencial do mercado e menores custos de gestão logística. Considerando a baixa materialidade, esse lote ou conjunto de lotes, enquadraria na exclusividade para ME/EPP, atendendo ao comando da Lei Complementar 123/2006.
- 4.2.7 Diante desse cenário, é fundamental planejar a compra visando maior competitividade e uma contratação mais vantajosa para a Administração, mediante a fixação de mecanismos que favoreçam a logística de fornecimento e facilitem a elaboração da proposta pelos licitantes, visto que comprar só por itens não é necessariamente a melhor solução, muito menos comprar só por lotes. Desta forma, a solução mais racional tem mais a ver com o gerenciamento efetivo das compras, planejamento da demanda, conforme a relevância econômica, técnicas de gestão de materiais.
- 4.2.8 É notório que a licitação por item, sem atrativo comercial, pode resultar em licitações desertas, frustradas ou grandes “dores de cabeça” na gestão contratual, sendo os fornecedores obrigados a entregar produtos com baixa materialidade, diante dos custos logísticos, sobretudo de transporte, podendo desistir da entrega ou, no mínimo, impor resistência ao fornecimento. A experiência profissional na área de compras públicas é fértil em exemplos dessa natureza.
- 4.2.9 Uma pesquisa desenvolvida com base nas compras da Universidade Federal de Viçosa evidenciou que "quanto maior a quantidade comprada mais se diluem custos associados à transação, como frete e custos de postagem" e, em função disso, quanto maior a quantidade comprada, mais vantajoso o preço final na licitação (Faria et al, 2010), fenômeno que é conhecido na Teoria Econômica como ganho de escala. Peritos da Polícia Federal



chamaram de efeito barganha, o resultado da negociação de grande quantidade, provocando redução do preço unitário do material a ser comprado (Silva Filho, Lima e Maciel, 2010).

4.2.10 Desta forma, todos esses elementos levam à mesma conclusão: o agrupamento de itens de pequeno valor tem maior possibilidade de atração de licitantes, em comparação à disputa individual por item.

4.2.11 É comum citar-se a Súmula 247 do TCU, sobre a obrigatoriedade de licitar por item quando o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala. Entretanto, a linha de raciocínio mais recente do TCU tem ido no sentido de permitir o agrupamento de itens homogêneos, entendendo que o excesso de contratações individuais pode impactar a eficiência e economicidade administrativa. Essa é uma conclusão racional, visto que nas compras públicas deve levar em conta tanto a vantajosidade e competitividade quanto o ganho de escala e a logística, de modo a promover o gerenciamento adequado do que adquirir por itens e/ou por lotes.

4.2.12 Entre os julgados sobre o tema, pode-se citar o Acórdão TCU 5.260/2011-1C, no qual ficou entendido que não é ilegal o pregão por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si.

4.2.13 Outrossim, o que o TCU exige é a adequada justificativa para o agrupamento. É o que ficou claro no Acórdão 539/2013-P:

“é preciso demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à adjudicação por item.”

4.2.14 Portanto, as razões para essa justificativa já foram abordadas, sendo: economia de escala, redução de custos logísticos, racionalidade administrativa, ampliação da competitividade.



5. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A justificativa quanto a necessidade da aquisição e da estimativa das quantidades, vide respectivamente no item 3 do Estudo Técnico Preliminar:

Fisioterapia:

Com o aumento dos casos de COVID 19 (sars-cov-2), influenza a (subtipo h3n2), h1n1, ômicron, etc.. Recebemos uma demanda maior de pacientes com disfunções musculoesqueléticas e sequelas pulmonares, necessitando de uma quantidade maior de produtos e equipamentos para um atendimento mais completo dos nossos pacientes.

Psicologia:

Com a pandemia se estendendo através dos anos, a psicologia recebeu uma maior demanda de pacientes de diversas idades. Desta forma, foi necessário solicitar alguns testes e outros recursos a fim de atender diversos tipos de perfis.

Fonoaudiologia:

*Com a inclusão do profissional da fonoaudiologia no quadro do qualivida na ALMT se faz necessário a aquisição dos materiais para o atendimento fonoaudiólogo, visando a qualidade de vida dos pacientes, nas áreas da linguagem, motricidade orofacial, audição e voz. **JUSTIFICATIVA EXTRAÍDA DO ITEM 3 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 003/2022/SUSQ, FLS. 04***

5.2 **JUSTIFICATIVA QUANTO A MARCA DE REFERÊNCIA**

5.2.1 A justificativa quanto a marca de referência, vide respectivamente no item 7.5, 7.6 e 7.7 do Estudo Técnico Preliminar:

As indicações de marca constante em alguns itens ocorrem em virtude da necessidade dos materiais/acessórios, serem compatíveis com já utilizados pelos profissionais nos atendimentos, garantindo a continuidade dos serviços já existentes nos consultórios da Superintendência de Saúde e Qualidade de Vida, além disso, tal indicação é permitida visto que no caso em tela a Administração deve caracterizar o objeto licitado de forma adequada, sucinta e clara, de acordo com os Arts. 14, 38, caput, e 40, inciso I, da lei nº 8.666/93.

Sobre a diferença entre a vedação à indicação de marca e a menção à marca de referência, assim se manifestou o Tribunal de Conta da União no Acórdão 2.829/15 – Plenário:



“A diferença básica entre os dois institutos é que o primeiro (excepcionado pelo art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993), admite a realização de licitação de objeto sem similaridade nos casos em que for tecnicamente justificável, ao passo que o segundo é empregado meramente como forma de melhor identificar o objeto da licitação, impondo-se a aceitação de objeto similar à marca de referência mencionada”.

O saudoso mestre Meirelles, em escólio a dispositivo similar do Estatuto de Licitações anterior, asseverava que:

*“...continuamos entendendo, portanto, que, a aquisição de produto de marca determinada, **com exclusão de similares é possível em três hipóteses: para continuidade de utilização de marca já existente no serviço público; para adoção de nova marca mais conveniente que as existentes; para padronização de marca ou tipo no serviço público. O essencial é que a Administração demonstre a efetiva vantagem de determinada marca ou tipo, para continuidade, adoção ou padronização em seus órgãos e serviços com exclusividade.**”*

6. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

6.1 Nos termos do Art. 23 da Lei Complementar 605/2018 que institui no âmbito do Estado de Mato Grosso o Estatuto da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual e dá outras providências, considerado o valor estimado de alguns lotes, a disputa será exclusiva para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, observados os termos abaixo, sendo:

*“Art. 23 Os órgãos e entidades abrangidos por esta lei complementar deverão realizar processo licitatório destinado **exclusivamente** à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos itens ou lotes de licitação **cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**”*

§ 1º Quando a licitação realizada para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais for deserta ou fracassada, o processo poderá ser repetido, não havendo, após este momento, a obrigatoriedade da participação exclusiva.



§ 2º O valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) refere-se ao valor total estimado para a licitação, quando o certame tratar da aquisição de mesmo bem ou serviço.

§ 3º Nos casos de processos licitatórios de bens ou serviços distintos, o valor limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deve ser aferido por item ou lote.

§ 4º Nas licitações destinadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais faculta-se ao licitante, para fins de habilitação, atestar a qualificação econômico-financeira através da comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido.”

7. DA COTA RESERVADA

7.1 Nos termos do Art. 25 da Lei Complementar 605/2018 que institui no âmbito do Estado de Mato Grosso o Estatuto da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual e dá outras providências, considerado o valor estimado de alguns lotes, haverá reserva de cota, observados os termos abaixo, sendo:

Art. 25 Nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não impede a contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais para a totalidade do objeto.

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 3º Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre estas.

§ 4º No caso descrito no § 3º, o licitante será chamado para ajustar a proposta da cota de maior valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da de menor valor.

§ 5º Havendo recusa por parte do licitante em ajustar os preços na forma prevista no § 4º, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades definidas no instrumento convocatório.

§ 6º Caberá à Administração Pública definir, motivadamente, os critérios de divisão do valor global da licitação, podendo adotar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global, de cada lote ou de cada item da licitação, garantindo os mecanismos necessários para ampliar a participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.



§ 7º Somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, no registro de preços, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.

§ 8º Na hipótese prevista no § 7º, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o exaurimento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.

7.2 Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado na cota principal.

7.2.1 Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre estas.

7.2.1.1 No caso descrito no item anterior, o licitante será chamado para ajustar a proposta da cota de maior valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da de menor valor.

7.2.1.2 Havendo recusa por parte do licitante em ajustar os preços na forma prevista no subitem anterior, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades definidas no instrumento convocatório.

7.3 É digno de nota que a divisão dos lotes para exclusiva participação de ME/EPP ou cota reservada para as mesmas em obediência a legislação vigente, foi feita tomando por base o valor estimado do certame, apurado pela equipe de cotação de preços, conforme planilha apresentada às fls. 633/672– Volume 5 dos presentes autos.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

8.1 As especificações e os quantitativos necessários ao atendimento foram extraídas do item 7 do Estudo Técnico Preliminar nº 003/2022/SUSQ, fls. 06, elaboradas e estimadas pela equipe da unidade demandante, responsável não só pelas informações e levantamentos, mas também pelo controle e distribuição de todos os itens aqui licitados.

“Conforme o item 9.3.4 do Acórdão nº 694/2014 – Plenário do TCU, a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas deve ser efetivada em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa deve ser obtida, sempre que possível



mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação, nos termos do art. 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Posto isto, ressalta-se que na elaboração do Estudo Técnico Preliminar a administração deverá demonstrar a relação entre a demanda prevista e a quantidade a serem adquiridas, acompanhado dos critérios utilizados para essa mensuração e a documentação comprobatória, podendo ser utilizados relatórios estatísticos de consumo médio, histórico de consumo, demandas reprimidas, expectativas de alteração na demanda futura, etc.

Dessa forma, a quantidade estimada para o presente certame, foi alcançada levando em conta a média de atendimentos do setor dos últimos 24 meses, considerando que esta Superintendência atende servidores, dependentes e aposentados, tomando ainda por base a execução dos contratos anteriores.

Ademais, faz-se necessário destacar que os preços apresentados pelas licitantes deverão cobrir todos os custos, ou seja, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos bens solicitados.

Na planilha abaixo encontram-se especificações e quantitativos ora licitados”.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
AMPLA CONCORRÊNCIA 75%			
1	ELETRODO APLICAÇÃO 1: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 5X10CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	1.500
2	ELETRODO APLICAÇÃO ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 50X50CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	1.500
COTA RESERVADA ME/EPP 25%			
3	ELETRODO APLICAÇÃO 1: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 5X10CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	500
4	ELETRODO APLICAÇÃO ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 50X50CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	500
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP			
5	INFRAVERMELHO DE PEDESTAL MONTADO SOBRE BASE DE POLIETILENO INJETADO DE ALTO IMPACTO MEDINDO 0,56X0,56M, DOTADO DE 4 PÉS DESMONTÁVEIS E COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS. HASTE FLEXÍVEL, REFLETOR DE ALUMÍNIO ANODIZADO. REGULÁVEL NA ALTURA. INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA INCORPORADO AO CABO DE LIGAÇÃO. ACOMPANHA LÂMPADA DE INFRAVERMELHO DE	UNIDADE	05



	150W.,110/220 VOLTS.		
6	TRAVESSEIRO IMPERMEÁVEL FORRADO COM MATERIAL IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL. ENCHIMENTO COM FIBRAS SILICONADAS, EXERCENDO A FUNÇÃO DE ISOLANTE TÉRMICO. ADAPTÁVEL PARA PESCOÇO, JOELHOS E ABDÔMEN. COM DIMENSÕES DE 55CMX45CM	UNIDADE	05
7	BOLSA TERMICA COM GEL FLEXIVEL, PARA APLICAÇÃO DE COMPRESSAS QUENTE E FRIA. NÃO CONGELA. DIMENSÕES 12X25CM. INDICADO NO PÓS-TRAMA, CONTUSÕES E ALIVIO DE DOR QUANDO HÁ NECESSIDADE DE CALOR SUPERFICIAL OU CRIOTERAPIA.	UNIDADE	500
8	SUPORTE PARA BOLA SUÍÇA DE PAREDE ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, COM PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA; PINTURA ELETROSTÁTICA FIXADO NA PAREDE; DESMONTÁVEL SUPORTA BOLAS DAS SEGUINTE MEDIDAS:450MM; 550MM; 650MM; 750MM; 850MM; 950MM; COMPOSIÇÃO FÍSICA: AÇO CARBONO; PARAFUSOS; BUCHAS.	UNIDADE	02
9	BANDAGEM ELÁSTICA ALGODÃO AUTOADESIVA, HIPOALÉRGENICA, COM COR, IMPERMEÁVEL Á AGUA, PERMEÁVEL A GASES, TAMANHO CERCA DE 5 COM X 5M	UNIDADE	1.000
10	POMADA DE USO TOPICO INDICADA PARA O TRATAMENTO DOS SINTOMAS DO REUMATISMO, NEURALGIAS (DOR INTENSA NA REGIÃO DA LESÃO ENVOLVENDO NERVOS), TORCICOLOS (ENRIJECIMENTO DOS MÚSCULOS DO PESCOÇO), CONTUSÕES E DORES MUSCULARES. COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: - 52,5 ML DE SALICILATO DE METILA; - 44,4 G DE CÂNFORA; - 20,0 G DE MENTOL; - VEÍCULO: 1,0 G.	UNIDADE	2.000
11	AEROSSOL ANTI-INFLAMATÓRIO NÃO ESTERÓIDE QUE CONTENHA DICLOFENACO DIETILAMÔNIO COMO SUBSTÂNCIA ATIVA DE USO TÓPICO QUE AGE SOBRE A REGIÃO INFLAMADA ALIVIANDO O INCHAÇO E A DOR. INDICADO PARA ALIVIAR A DOR E DIMINUIR A INFLAMAÇÃO E O INCHAÇO EM DIVERSAS CONDIÇÕES DOLOROSAS QUE AFETAM AS ARTICULAÇÕES E MÚSCULOS, TAIS COMO: LESÕES MUSCULARES E ARTICULARES (POR EXEMPLO: ENTORSES, DISTENSÕES, CONTUSÕES, DORES NAS COSTAS E LESÕES ESPORTIVAS); TENDINITES (POR EXEMPLO: COTOVELO DE TENISTA); OSTEOARTRITE DE JOELHOS OU MÃOS.	UNIDADE	1.000
12	BORRIFADORES DE ÁGUA E SOLUÇÃO PARA CLÍNICAS 340 ML EM PLÁSTICO;	UNIDADE	100



13	BISNAGA DE PLÁSTICO 280 ML	UNIDADE	30
14	POMADA DICLOFENACO DIETILAMÔNIO	UNIDADE	1.000
15	FILTRO PARA EXERCITADOR RESPIRATÓRIO: O FILTRO QUE PERMITE O USO MÚLTIPLO DOS EXERCITADORES RESPIRATÓRIOS. POSSUI TELA ANTI-BACTERIANA E A DAPTA-SE A TODOS OS MODELOS E EXERCITADOR RESPIRATÓRIO USO INDIVIDUAL E NÃO DEVE SER REAPROVEITADO OU LAVADO PARA NÃO PERDER SUA CAPACIDADE ANTI-BACTERIANA. MATERIAL: PLÁSTICO COR: AZUL	UNIDADE	1.000
16	EXERCITADOR RESPIRATÓRIO DIGITAL: EXERCITADOR QUE CONTENHA OS SEGUINTE MODOS DE RESPIRAÇÃO: MODO: TRAIN OBJETIVO: FORTALECER OS MÚSCULOS UTILIZADOS PARA RESPIRAR A FIM DE REDUZIR A FALTA DE AR E O ESFORÇO RESPIRATÓRIO. INTENSIDADE DO EXERCÍCIO: ALTA AJUSTÁVEL RESULTADOS EXIBIDOS: LOAD POWER, VOLUME, ÍNDICE DE FORMAÇÃO MODO: WARM OBJETIVO: PREPARAÇÃO (WARM-UP) DOS MÚSCULOS RESPIRATÓRIOS ANTES DO EXERCÍCIO OU ATIVIDADE, A FIM DE REDUZIR A FALTA DE AR. INTENSIDADE DO EXERCÍCIO: MÉDIO AJUSTÁVEL. MODO: COOL FINALIDADE: AUXILIAR A RESPIRAÇÃO E A RECUPERAÇÃO MUSCULAR INSPIRATÓRIO APÓS EXERCÍCIOS EXTENUANTES. INTENSIDADE DO EXERCÍCIO: BAIXA FIXO NECESSÁRIO PARA MANTER A INTENSIDADE DO TREINO. A INTENSIDADE DO TREINAMENTO PODE SER AJUSTADA NESTA MODO DE FORMA A CONFIGURAR MANUALMENTE A CARGA DE TREINAMENTO (CMH20). ORIENTAÇÃO DE ESTÍMULO: ESTE RECURSO DESTINA-SE A ORIENTÁ-LO A RESPIRAR COM UMA TAXA ADEQUADA. APESAR DE RESPIRAR PELO POWERBREATH DURANTE UMA SESSÃO DE TREINAMENTO, VOCÊ OUVIRÁ UM SINAL SONORO, QUE SOA APROXIMADAMENTE POR 5 SEGUNDOS. EXPERIMENTE E SONCRONIZE SEUS PADRÕES DE RESPIRAÇÃO PARA QUE VOCÊ SÓ COMECE A RESPIRAR DEPOIS DE TER OUVIDO O SINAL SONORO. O SINAL SONORO SOARÁ APENAS DEPOIS DE TER TERMINADO A EXPIRAÇÃO. ESTA FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO	UNIDADE	20



PACING PODE SER DESATIVADA.

RESULTADOS DO TREINAMENTO:

O SISTEMA DE RESULTADOS FORNECE O FEEDBACK SOBRE SUAS SESSÕES DE TREINAMENTO RESPIRATÓRIO E ASSIM VOCÊ MONITORAR SEU PROGRESSO E CONDIÇÃO MUSCULAR RESPIRATÓRIA O QUE PROPORCIONA A OTIMIZAÇÃO DE SUAS SESSÕES DE TREINAMENTO E PARA COMPRIR SUAS METAS.

COM VERSÃO COMPLETA DO SOFTWARE BREATH-LINK PARA GERENCIAR E ARMAZENAR SUAS ROTINAS DE TREINAMENTO E UTILIZAR PARÂMETROS DE TESTES ESPECÍFICOS PARA COMPARAR SEU DESEMPENHO.

A RESISTÊNCIA DEVE SER PROJETADA ESPECIFICAMENTE PARA COMBINAR AS MUDANÇAS DINÂMICAS DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA. NO INÍCIO DE CADA SESSÃO É FEITA A MEDIDA DE SUA FORÇA RESPIRATÓRIA E EM SEGUIDA ADAPTA-SE AUTOMATICAMENTE COMBINANDO SUA CAPACIDADE COM SUA NECESSIDADE DE TREINAMENTO. OS RESULTADOS SÃO APRESENTADOS NA TELA, PROPORCIONANDO UM MONITORAMENTO RÁPIDO E FÁCIL DE SEU PROGRESSO, ALÉM DE AJUDÁ-LO NA OTIMIZAÇÃO DA TÉCNICA DE TREINAMENTO.

DO SOFTWARE:

PERMITE ATÉ 30 PERFIS DE USUÁRIOS E 1.200 SESSÕES ARMAZENADAS POR USUÁRIO; TESTE S-INDEX, PIF (PICO DE FLUXO INSPIRATÓRIO);

INTERFACE GRÁFICA BREATH- LINK VIEW;

MEDIÇÃO EM TEMPO REAL E ANÁLISE DE RESPIRAÇÃO;

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARQUIVOS. BRE (RESPIRANDO EXTENSÃO DE ARQUIVO) PARA PERMITIR O COMPARTILHAMENTO DE DADOS ENTRE USUÁRIOS INSPIRE-LINK; EM TEMPO REAL, FEEDBACK EM GRÁFICOS DE ALTA RESOLUÇÃO.

CARGA EM CMH20.

ESTAÇÃO COMPLETA, PERMITINDO EXECUTAR MAIS DE 27 TIPOS DE EXERCÍCIOS PARA PEITO, COSTAS, TRÍCEPS, BRAÇOS, BÍCEPS, OMBRO, PANTURRILHAS, PANTURRILHAS, OBLÍQUOS, ANTEBRAÇOS, ADUÇÃO, ABDUÇÃO, PERNAS, ABDÔMEM, E MUITOS OUTROS. REGULAGEM DE ALTURA DO BANCO E DOS ROLETES DE ALTURA DO BANCO E DOS ROLETES DAS PERNAS. POSSUI UM SUPORTE PARA ROSCA SCOTT COM REGULAGEM DE ALTURA. ASSENTO E ENCOSTO ERGONÔMICO E ANATÔMICO COM REGULAGEM DE ALTURA E DISTÂNCIA. COLUNA DE PESO 100 KG.

INDICADO PARA: TREINAMENTO, GANHO DE FORÇA,



	RESISTÊNCIA MUSCULAR E CONDICIONAMENTO FÍSICO. CLASSIFICAÇÃO: SEMI-PROFISSIONAL/ RESIDENCIAL. COMPOSIÇÃO: AÇO, CARBONO, ESTOFAMENTO DE MADEIRA, ESPUMA E COURO ECOLÓGICO, POLIA COM ROLAMENTO, CABO DE AÇO REVESTIDO, ACABAMENTO PLÁSTICO, PINTURA EPÓXI, TIJOLINHO DE PESO EM PVC, AREIA E CIMENTO PESO DO PRODUTO: 202 KG PESO SUPORTADO: 120 KG DIMENSÕES: 2,14M ALTURA X 1,07M LARGURA X 2,02M COMPRIMENTO COR: BRANCO COM ESTOFAMENTO PRETO.		
17	CONJUNTO DE EXERCITADOR, AUXILIAR PARA AFILAMENTO.	UNIDADE	100
18	CONJUNTO DE EXERCITADOR, DEDO DE LUVA COM 100 UNIDADES	UNIDADE	100
19	MATERIAIS FONOAUDIOLOGIA, ESPELHO NASAL DE ALTMANN, COM BLOCO DE REFERÊNCIA MILIMETRADO.	UNIDADE	50
20	CONJUNTO DE EXERCITADOR, PLACA DE RESISTÊNCIA LABIAL, TAMANHO PEQUENO.	UNIDADE	100
21	CILINDRO PERFURADO, PLÁSTICO COM BEXIGAS DESCARTÁVEIS (USO ÚNICO) PARA DISTÚRBIOS OROMIOFUNCIONAIS.	UNIDADE	100
22	APARELHO TERAPIA ARTICULATÓRIO FLUXO AÉREO ORAL, PLÁSTICO CECEIO LATERAL, REFORÇO AERAÇÃO NASAL E ORAL.	UNIDADE	100
23	ESTIMULADOR TÉRMICO, ALUMÍNIO, ROLO COM TUBO PARA AGUA QUENTE/FRIA, HASTE.	UNIDADE	20
24	ABAIXADOR DE LÍNGUA PLÁSTICO COM SABOR – ESPÁTULA	UNIDADE	1.000
25	PAQUÍMETRO DIGITAL PRÓ-FONO	UNIDADE	10
26	CANETA PROPRIOCEPTIVA PRÓ-FONO	UNIDADE	10
27	EXERCITADOR FACIAL	UNIDADE	20
28	EXERCITADOR LINGUAL	UNIDADE	20
29	MASSAGEADOR FACIAL ELÉTRICO DE 04 PONTEIRAS MARCA: FONOLOJA IMPORTS, MODELO BASTÃO.	UNIDADE	10
30	HALTERE LABIAL	UNIDADE	10
31	HALTERE LINGUAL	UNIDADE	10
32	SCAPE SCOPE – PRÓ-FONO	UNIDADE	10
33	CANUDOS DIFERENTES DIÂMETROS COM 10 UNIDADES	PACOTE	100
34	BANDAGEM KINESIO TAPING GOLD FP BEGE (5M) EDITORA: <u>DIVERSAS</u> AUTOR: POLITEC	UNIDADE	50



35	NEW SHAKER EDITORA: <u>NCS</u> , AUTOR: NCS	UNIDADE	10
36	RESPIRON ATHLETIC 1 - ESFORÇO MÉDIO-ALTO EDITORA: NCS AUTOR: NCS	UNIDADE	10
37	SHAKER CLASSIC EDITORA: NCS AUTOR: NCS	UNIDADE	10
38	MASSA DE MODELAR PLAY-DOH COM 08 POTES DE CORES	CAIXA	500
39	CANETA HIDROCOLOR COM 24 UNIDADES DE CORES DIVERSAS	ESTOJO	500
40	LÁPIS DE COR CONTENDO 24 UNIDADES DE CORES DIFERENTES	ESTOJO	500
41	ELÁSTICO ORTODÔNTICO COLORIDO 5/16 COM 100 UNIDADES	PACOTE	50
42	ISSL - INVENTÁRIO DE SINTOMAS DE STRESS PARA ADULTOS DE LIPP - BLOCO DE APURAÇÃO, CONTENDO 25 FOLHAS EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	BLOCO	04
43	IHSC - INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS – CADERNO DE APLICAÇÃO EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	UNIDADE	25
44	BPR 5 – BATERIA DE PROVAS DE RACIOCÍNIO – 1 MANUAL, 10 CADERNOS DE APLICAÇÃO (5 FORMA A – 5 FORMA B), 1 BLOCO DE RESPOSTA RA (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RM (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RN (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RV (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RE (25 FOLHAS) E 4 CRIVOS (2 PARA FORMA A E 2 PARA FORMA B)	TESTE	10
45	TDE – TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR – 1 MANUAL, 5 CADERNOS DE APLICAÇÃO, 1 FICHA DO EXAMINADOR (SUBTESTE LEITURA), 1 FICHA DO EXAMINADOR (SUBTESTE ESCRITA) E 1 CRIVO DE CORREÇÃO DO SUBTESTE ARTIMÉTICA	TESTE	10
46	R 2 – TESTE NÃO-VERBAL DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS – 1 LIVRO DE INSTRUÇÕES, 1 LIVRO DE EXERCÍCIOS, 1 BLOCO DE 25 FOLHAS, 1 CRIVO DE CORREÇÃO.	TESTE	10
47	HTP – TESTE DE PERSONALIDADE/ ADULTO E CRIANÇA – 1 MANUAL E 10 LIVROS DE AVALIAÇÃO.	TESTE	01
48	TÚNEL DO TEMPO - JOGO DE CARTAS COM 1 DADO E 1 PINO. FABRICANTE: ALGAZARRA BRINQUEDOS	JOGO	01
49	AS PIRÂMIDES COLORIDAS DE PFISTER - VERSÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – KIT COMPLETO, CONTENDO: 1 MANUAL; 1 JOGO DE QUADRÍCULOS COLORIDOS; 1 BLOCO DE FOLHAS DE APLICAÇÃO (COM 25 FOLHAS); 3 CARTELAS COM	KIT COMPLETO	01



	ESQUEMA DE PIRÂMIDE E 1 MOSTRUÁRIO DE CORES EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO		
50	BRINQUEDO 4 FAMÍLIAS PARA TERAPIA - KIT COMPOSTO POR 4 FAMÍLIAS DIFERENTES: CADA FAMÍLIA É COMPOSTA POR 1 CASAL DE AVÓS; 1 CASAL DE PAIS; 1 CASAL DE FILHOS, 1 BEBÊ E 1 CACHORRO MARCA: ATELIE JANAINA LADISLAU	KIT	01
51	EBADEP - ESCALA BAPTISTA DE DEPRESSÃO INFANTO - JUVENIL. KIT COMPLETO, CONTENDO: 1 MANUAL E 25 FOLHAS DE RESPOSTAS. EDITORA: HOGREFE	KIT COMPLETO	02
52	AS PIRÂMIDES COLORIDAS DE PFISTER- VERSÃO PARA ADULTOS. KIT COMPLETO, CONTENDO: 1 MANUAL; 1 BLOCO DE RESPOSTAS COM 30 FOLHAS; 1 CONJUNTO DE QUADRÍCULOS; 3 CARTELAS DE CORES E 1 MATRIZES DE CORES. EDITORA: HOGREFE	TESTE	01
GRUPO 01			
53	IHSC - INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS – BLOCO DE APURAÇÃO MASCULINO, CONTENDO 25 FICHAS EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	BLOCO	01
54	IHSC - INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS – BLOCO DE APURAÇÃO FEMININO, CONTENDO 25 FICHAS EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	BLOCO	01
55	“POR QUE EU VOU À TERAPIA- CRIANÇAS ENTENDENDO A TERAPIA CONGNITIVO COMPORTAMENTAL AUTORES: MARINA GUSMÃO CAMINHA E LUCIANA TISSER EDITORA: SINOPSYS	LIVRO	01
56	“TIPO ASSIM...: 100 PERGUNTAS PARA TERAPIA ADOLSCENTE” AUTOR: REGINA LOPES E ROBERTA NASCIMENTO EDITORA: MATRIX	LIVRO - CAIXINHA	01
57	“BONS PENSAMENTOS- BONS SENTIMENTOS” AUTOR: PAUL STALLARD EDITORA: ARTMED EDITORA	LIVRO	01
58	HABILIDADES SOCIAIS: 100 QUESTÕES PARA VOCÊ PENSAR SOBRE SUAS FORMAS DE SE REALACIONAR SOCIALMENTE - LIVRO INTERATIVO COM 10 CONJUNTOS DE CARTAS. AUTOR: BRUNO LUIZ AVELINO CARDOSO EDITORA: RIC JOGOS	LIVRO	01



59	BARALHO DAS ATITUDES - LIVRO INTERATIVO COM 32 CARTAS. AUTOR: MARILDA LIPP E PAULO EDUADRDO BENZONI EDITORA: SINOPSYS	LIVRO	01
60	BARALHO DAS HABILIDADES SOCIAIS - LIVRO INTERATIVO COM 32 CARTAS. AUTOR: CAMILA LUISI RODRIGUES; CAMILA TARIF FOLQUITTO EDITORA: SINOPSYS	LIVRO	01
61	BARALHO DAS DEPEDÊNCIAS TECNOLÓGICAS - LIVRO INTERATIVO COM 117 CARTAS AUTOR: IGOR LINS LEMOS EDITORA: SINOPSYS	LIVRO INTERATIVO	01
62	BARALHO DO TDAH - LIVRO INTERATIVO AUTOR: LUCIANA TISSER EDITORA: SINOPSYS	LIVRO ITERATIVO	01
63	GINÁSTICA CEREBRAL AUTOR: CARLA SILVA EDITORA: MATRIX	LIVRO	01
64	BARALHO DA ANSIEDADE - MANUAL COM 32 PÁGINAS; 1 CARTÃO PSICOEDUCAÇÃO E 84 CARTAS. AUTOR: LUCIANA TISSER EDITORA: SINOPSYS	LIVRO ITERATIVO	01
65	BARALHO DA SEXUALIDADE - MANUAL COM 32 PÁGINAS E 144 CARTAS. AUTOR: ALINE SARDINHA EDITORA: SINOPSYS	JOGO	01
66	BARALHO DO MODELO COGNITIVO PARA ADULTOS - 1 MANUAL E 135 CARTAS AUTOR: CAMILA AGUIAR; NATHALIA DANTAS EDITORA: SINOPSYS	JOGO	01
67	CONVERSA ENTRE PAIS E FILHOS AUTOR: RAMSÉS SOHN EDITORA: IDEA	LIVRO	01
68	MAIS DE 100 COISAS PARA FAZER COM O MEU FILHO AUTOR: ROSEMARA VICENTE EDITORA IDEA	LIVRO	01
69	BRINCANDO DE MINDFULNESS: 50 EXERCÍCIOS PARA PRATICAR A ATENÇÃO AUTOR: PATRÍCIA CALAZANS EDITORA: MATRIX	LIVRO ITERATIVO	01
70	BARALHO DAS FORÇAS PESSOAIS - MANUAL COM 96 FOLHAS E CARTAS. AUTOR: MIRIAM RODRIGUES EDITORA: SINOPSYS	LIVRO ITERATIVO	01
GRUPO 02			
71	RECURSOS PSICOTERAPÊUTICOS - JOGO COM TABULEIRO, DADO E CARTAS EM PAPEL COM A FRASE: "POSSO SER DE ALGUÉM, E AO MESMO TEMPO SER DE MIM MESMO."	JOGO	01



	AUTOR: EDNAYARA		
72	TABULEIRO DA ANSIEDADE - JOGO COM 108 CARTAS, 2 PINOS, 1 DADO, 1 TABULEIRO E 1 MANUAL DE INSTRUÇÃO. MARCA: RIC JOGOS	JOGO	01
73	CONVERSINHA TEENS - PARA ADOLESCENTES DE 13 A 17 ANOS – JOGO COM 25 CARTÕES DE PERGUNTAS MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01
74	TÔ QUE TÔ! – JOGO COM 35 CARTAS MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01
75	COMBO JOGOS TERAPÊUTICOS - JOGO CAÇA EMOÇÕES; TABULEIRO LIDANDO COM AS EMOÇÕES; JOGO COME-COME; TABULEIRO MOSTRINHOS DAS EMOÇÕES; JOGO POTE DAS EMOÇÕES. MARCA: FLOWRESCER EDUCUAÇÃO EMOCIONAL - PRODUTOS DIGITAIS.	COMBO DE JOGOS KIT	01
76	JOGO DOS MEDOS, EMOÇÕES E SENTIMENTOS - 1 TABULEIRO; 4 PINOS E 1 DADO. MARCA: CUSTOMIZAKI	JOGO	01
77	PERGUNTE QUE EU RESPONDO - JOGO COMPOSTO POR 5 CARTAS DE EMOÇÕES E 54 CARTAS DE PERGUNTAS AUTOR: RAMSÉS SOHN EDITORA: IDEA	JOGO	01
78	FOCA NOS ESTUDOS - JOGOS TERAPÊUTICOS, CONTENDO 20 CARTAS MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01
79	JOGO DOS DILEMAS - LIVRO INTERATIVO COM 40 CARTAS AUTOR: VIVIANI ZUMPARO EDITORA: MATRIX	LIVRO	01
80	JOGO: SOU NÃO SOU - 260 CARTÕES; 30 FOLHAS DE RESPOSTA; 1 FOLHA DE REGRAS. MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01
81	JOGO DAS CRENÇAS - JOGO COM 40 CARTAS AUTOR: CAMILA AGUIAR EDITORA: RIC JOGOS	JOGO	01
82	LUTO - JOGO COM 106 CARTAS MARCA: IDEA JOGOS	JOGO	01
83	MEMÓRIA/EMOÇÃO - JOGO COM 60 PEÇAS EDITORA: RIC JOGOS	JOGO	01

9. [REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)



- 9.1 Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade foram extraídos do **ITEM 4 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 003/2022/SUSQ, FLS. 05.**

9.1.1 REQUISITOS QUANTO AO PRAZO

9.1.1.1 *Prazo de entrega dos medicamentos/materiais será de até 10 (dez) dias corridos, após recebimento da Nota de Empenho.*

9.1.1.2 ***Local de Entrega:** Os materiais deverão ser entregues na Superintendência de Saúde e Qualidade de Vida da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – Avenida André Antônio Maggi, Lote 06, Setor A, CPA, CEP 78049-901 – Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Horário:** das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, em dia útil.*

- 9.2 O fornecedor deverá informar em sua proposta marca, modelo e, quando for o caso, a data de validade dos produtos, que deverá ser de pelo menos 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos produtos.

10. **DAS AMOSTRAS**

10.1 O Pregoeiro **PODERÁ** solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da convocação, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado.

10.2 O prazo de entrega da amostra estabelecido no item 10.1 poderá ser excepcionalmente dilatado por decisão fundamentada do Pregoeiro desde que haja solicitação formal da licitante convocada através do e-mail sgel@al.mt.gov.br em razão de fato relevante e superveniente devidamente comprovado.

10.3 A análise das amostras será realizada pela equipe técnica da Superintendência de Saúde e Qualidade de Vida, que verificará se os produtos ofertados atendem às especificações mínimas e o padrão de qualidade definidos no item 08.

10.4 As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, na Superintendência do Grupo Executivo de Licitações da ALMT, situada na Edifício Dante Martins de Oliveira, Piso Térreo,

Avenida André Antônio Maggi, Lote 06, Setor A, CPA, CEP 78049-901 – Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

- 10.5 Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.
- 10.6 As amostras aprovadas permanecerão em poder da ALMT até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.
- 10.7 As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total e não serão devolvidas, tampouco subtraídas do quantitativo total do objeto quando da entrega.

11. DA VIGÊNCIA

- 11.1 O Contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da AL/MT.
- 11.2 Nos casos em que couber, poderá ser dispensado o instrumento contratual nos termos do Art. 62 da Lei Federal n. 8.666/93.

12. RECEBIMENTO

- 12.1 O objeto deste termo de referência será recebido e avaliado com o escopo de verificar sua conformidade quanto à quantidade, qualidade e especificações descritas e nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da seguinte forma:
- 12.1.1 **PROVISORIAMENTE**, rigorosamente conforme descrito na especificação, deste Termo, conforme o quantitativo da Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 12.1.2 **DEFINITIVAMENTE**, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, um servidor designado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, como Gestor e/ou Fiscal do Contrato,



procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a conformidade com o exigido neste Termo de Referência, Edital e com o constante na respectiva proposta de preço da licitante vencedora;

12.1.2.1 Caso satisfatório as verificações deste inciso, o servidor atestará a efetivação da entrega do material na Nota Fiscal e a encaminhará a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, para fins de pagamento;

12.1.2.2 Caso insatisfatório as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da comunicação formal desta Administração;

12.1.2.3 Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

12.1.2.4 Os custos de substituição do produto rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

12.2 Demais condições de fornecimento (omissas neste termo de referência) deverão estar de acordo com o que prevê o código de defesa do consumidor.

12.3 A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos ou serviços considerados inadequados ou em desconformidade com a especificação registrada neste Termo de Referência.

12.4 O prazo de entrega do produto poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, §1º e seus incisos, da Lei n.º 8.666/1993.

12.5 Em caso de divergência entre as quantidades, dimensões e qualidades, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá o procedimento correto;

12.6 O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA;



12.7 As bulas dos produtos deverão estar descritas em português e atender ao Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde, especificado na **Resolução-RDC Nº 47, de 8 de setembro de 2009**.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

13.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1 Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

13.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se aplicável);

13.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

13.1.5 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação dos impedimentos;



- 13.1.6 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.1.7 Assumir, ainda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação;
- 13.1.8 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição do objeto deste Termo de Referência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme o disposto no Art. 65, Inciso II § 1º.
- 13.1.9 Recolher aos cofres públicos conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura;

14. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 14.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, Edital e seus anexos;
- 14.2 Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos materiais por meio de servidores especialmente designados para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva fatura, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.
- 14.3 Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do material, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico e em seus anexos.
- 14.4 Atestar as Notas Fiscais/Faturas relativas à efetiva entrega dos materiais, por servidor competente, conforme Nota de Empenho;
- 14.5 Notificar, por escrito, a empresa contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.



- 14.6 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 14.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.8 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos.
- 14.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 15.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação.

16. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

- 16.1 Para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato será designado servidor, conforme ato da Mesa Diretora, nos termos do art. 67, Lei nº 8.666, de 1993, que se responsabilizará pelo registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 16.1.1 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso ou de seus agentes, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

17. **DO PAGAMENTO**

- 17.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** correspondente aos produtos/materiais efetivamente entregues, montados, instalados e testados, (quando for o caso) nos termos pactuados em contrato.
- 17.2 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, descrição do produto (com detalhes), o número e o nome do Banco, Agência e número da conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária e apresentação de:
- a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, consistindo em certidões ou documento equivalente, emitidos pelos órgãos competentes e dentro dos prazos de validade expreso nas próprias certidões ou documentos;
 - b) Prova de regularidade fiscal para com a Procuradoria da Fazenda Nacional e para com a Procuradoria Geral do Estado, nos casos em que não sejam emitidas em conjunto às regularidades fiscais;
 - c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27 da Lei 8.036/90), em plena validade, relativa à Contratada;
 - d) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (art. 195, § 3º da Constituição Federal), em plena validade, relativa à Contratada;
- 17.3 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – com o seguinte endereço: Edifício Gov. Dante Martins De Oliveira, Avenida André Antônio Maggi, S/N - CPA - Cuiabá/MT, CNPJ nº 03.929.049/0001-11, e deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE.
- 17.4 O pagamento efetuado à contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e validade, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;
- 17.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;



- 17.6 Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
- 17.7 Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
- 17.8 A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio de operação de **FACTORING**;
- 17.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- 17.10 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental;
- 17.11 O pagamento será em até 30 (trinta) dias do atesto definitivo, de acordo com a Nota de Empenho e a Nota de Autorização de Despesa - NAD, após o atesto pela fiscalização do recebimento pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

18 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 18.1 Fica dispensada a prestação de garantia para execução do contrato, conforme faculta o artigo 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

19 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1 A Contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:
- 19.1.1 Por atraso injustificado na entrega do produto;
- 19.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor inadimplido;



- 19.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor inadimplido, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;
- 19.1.2 Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:
- 19.1.2.1 Advertência,
- 19.1.2.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre valor inadimplido, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;
- 19.1.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 19.2 As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata/contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente.
- 19.3 As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata/contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 19.4 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das demais, quando cabíveis.
- 19.5 Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7.º da Lei



10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

- 19.5.1 Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;
- 19.5.2 Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;
- 19.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, Edital e das demais cominações legais.

20 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 20.1 Por tratar-se de processo licitatório pelo Sistema de Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

21 LOCAL, DATA E ASSINATURAS:

- 21.1 Considerando que o Termo de Referência foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, validamos este Termo.

Cuiabá, Mato Grosso, 17 de maio de 2022.

TERMO DE ANÁLISE, ELABORAÇÃO, REVISÃO E VALIDAÇÃO	
Adair Rosalino Alves Pereira 41.353 CPF: 009.626.131-50 Responsável pela Elaboração	Túlio Kenzo Uema 42.971 CPF: 783.613.465-20 Responsável pela Revisão



Analisado e revisado o **Termo de Referência n.º 008/2022/SGEL** inerente e face aos processos e documentos vinculantes **VALIDO** os procedimentos legais para realização do processo de contratação, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM (ITENS 1 A 52) E POR GRUPO (GRUPOS 1 E 2), PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO REALIZADO PELA FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, cujos atos procedimentais e contratação devem obediência às condições e termos previstos no presente Termo de Referência e processo administrativo inerente e legislação vigente.

Olindeval Soares dos Santos | 41.422

CPF: 424.362.221-34

Secretário Geral



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Licitação Nº ____/____.
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Julgamento: MENOR PREÇO

Licitante: _____ CNPJ _____
E-mail: _____
Tel. _____ Celular _____
Endereço: _____
Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

1. APRESENTAÇÃO: Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta comercial, para atender à demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme as condições e especificações técnicas do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital.

2. PREÇOS: Seguir rigorosamente o Anexo I – Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

3. DECLARAÇÃO

3.1. Declaramos que, nos preços propostos, estão inclusas todas as despesas relativas à contratação, tais como salários, remunerações, encargos sociais, e trabalhistas, tributos, e contribuições, comissões, materiais, deslocamentos, diárias, recursos materiais, taxa de administração, juros, e quaisquer outros custos relacionados com a prestação dos serviços e compromissos assumidos na licitação.

3.2. Declaramos que temos pleno conhecimento das condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que assumimos inteira e completa responsabilidade pela perfeita execução/fornecimento do objeto licitado.



3.3. Sob pena de desclassificação e sujeição as sanções contidas no edital e seus anexos, declaramos:

3.3.1. Que temos pleno conhecimento que o objeto licitado deverá ser executado de acordo com o cronograma contratado, previamente, elaborado pela Contratante, com início a partir da assinatura do CONTRATO e emissão da Nota de Empenho;

3.3.2. Que temos pleno conhecimento que o objeto licitado não poderá ter origem em contrabando, aquisições sem a devida nota fiscal de compra ou de qualquer atividade considerada ilícita pela legislação vigente;

3.3.3. Que assumimos inteira e completa responsabilidade pelas possíveis divergências entre as quantidades e qualidade constante na Proposta de Preços com as quantidades e qualidade constante no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e que nos obrigamos a cumprir no mínimo as quantidades, condições e especificações constantes no Edital e seus anexos, sem ônus para Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, visto que, nos obrigamos a elaborar a proposta de preços considerando as quantidades, qualidade e especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

3.3.4. Que temos estrutura e condições de fornecer o objeto desta licitação, nos quantitativos e qualificativos constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, bem como de acordo com as requisições emitidas pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

4. PRAZO DE EXECUÇÃO: Deverá dar-se conforme solicitado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso à época da autorização de fornecimento.

5. VALIDADE DA PROPOSTA: *(não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data marcada para sua apresentação)*

Local e data,

Assinatura do Representante Legal
Nome/Cargo/Empresa/C.N.P.J./MF
RG E CPF/MF



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2022

Pelo presente instrumento a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo seu Presidente Deputado _____, RESOLVE registrar os preços da empresa _____, (qualificação completa), em consonância com o resultado do certame e epígrafe, publicado no DOE/MT do dia __/__/__, visando a prestação de serviço conforme quantidades estimadas e valores constantes no item 4 abaixo, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº __/__/__ e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual 840 de 10 de fevereiro de 2017, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, demais legislações pertinentes, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO REALIZADO PELA FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, conforme especificações constantes do Termo de Referência nº 008/2022/SGEL/ALMT (anexo I do edital do pregão eletrônico nº 023/2022/ALMT).

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através da Superintendência de Contratos, Convênios e Documentos Correlatos.



3.2. A Superintendência de Contratos, Convênios e Documentos Correlatos da ALMT é acessível pelos seguintes meios:

Telefone: (65) 3313-6411

Email: contratos@al.mt.gov.br

4 - DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, e os preços unitários estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

4.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Comparecer quando convocado no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual;

5.2. Cumprir fielmente o objeto do edital, mediante o fornecimento/prestação em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, de acordo com as condições propostas e consignadas no Contrato;

5.3. A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência do Contrato.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

6.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações estabelecidas nas condições de fornecimento, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do licitante vencedor às dependências da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

6.2. Emitir ordem de fornecimento/Requisição estabelecendo dia e hora de cada evento, bem como outras informações que considerar pertinentes para o bom e fiel cumprimento deste edital e das condições de fornecimento.

6.3. Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** nas condições estabelecidas no edital e seus anexos.

6.4. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

6.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

6.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**.

6.7. O objeto licitado será entregue na sede da **CONTRATANTE**, no endereço estabelecido no edital e seus anexos.

6.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7 - DO CONTRATO

7.1. O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

7.2. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas no Edital e seus anexos, em especial aquelas previstas no contrato (minuta - Anexo IV do Edital da Licitação).

7.3. O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e alterações.

7.4. Poderá, nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993, ser alterado o contrato.

7.4.1. Poderá a contratada, durante a vigência do contrato, solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter a equação econômico-financeira obtida na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.4.2. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da contratada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável indicado no termo de referência ou no contrato.

7.4.3. Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento.



7.6. Constarão do contrato todas as obrigações, direitos e deveres a que se vinculam as partes signatárias da presente Ata de Registro de Preços.

8 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro de preços será cancelado quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do art. 73 do Decreto Estadual nº 840/2007 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.3.1. Por razão de interesse público; ou

8.3.2. A pedido do fornecedor.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas sujeita a CONTRATADA às multas, consoante os art. 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

9.2. O descumprimento das obrigações e demais condições do contrato, garantida o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa da **CONTRATADA**, aplicar as seguintes sanções, sem exclusão das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei n.º 8.666/83:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa, na forma prevista;

9.2.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002.

9.3. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a **CONTRATADA** poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.3.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

9.3.2. Cancelamento do contrato ou da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento, conforme o caso.

9.4. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis, e as multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao órgão.

9.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, **e subsidiariamente a Lei Estadual nº 7.692, de 2002.**

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

10.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento à presente Ata de Registro de Preço;

10.1.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a duração da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

10.1.3. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico, seus anexos e a proposta da contratada;

10.1.4. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Assembleia Legislativa.

10.2. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

10.3. A homologação do resultado desta licitação, bem como a assinatura desta Ata de Registro de Preços, não implicará, automaticamente, direito ao fornecimento do objeto licitado, o qual ficará adstrito a ordem de fornecimento.

11 - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Cuiabá-MT, ____ de _____ de 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ N° 03.929.049/0001-11



EDUARDO BOTELHO
PRESIDENTE DA ALMT

MAX RUSSI
1º SECRETÁRIO DA ALMT

(EMPRESA)
(CNPJ)
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF

NOME:

CPF:



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO N° ____/2022/SCCC/ALMT

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO, ATRAVÉS DE SUA MESA
DIRETORA E A EMPRESA**

_____.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, doravante denominada **CONTRATANTE**, com sede no Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.929.049/0001-11, situada na Avenida André Antônio Maggi, Lote 06, Setor A, Centro Político Administrativo - CPA, Edifício Governador Dante Martins de Oliveira, Cuiabá – MT., CEP 78049-901, Cuiabá – MT neste ato representado pelo Senhor Presidente Deputado Eduardo Botelho e o Primeiro Secretário, Ordenador de Despesas – Deputado Max Russi, e de outro lado à Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, CEP: _____, _____, neste ato representado pelo Senhor _____, portador do RG nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando a autorização para aquisição do objeto de que trata o Processo Pregão Eletrônico nº _____, especialmente o Termo de Referência nº. 008/2022/SGEL (Protocolo SGED nº. _____), e sujeitando-se, ainda, às normas da Lei 10.520/2002, bem como a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e demais normas que regem a espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a aquisição de materiais de consumo para manutenção do atendimento realizado pela fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia da Superintendência de Saúde e Qualidade de Vida da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme condições e especificações definidas no Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº. _____, na Ata de



Registro de Preços nº. _____ e especialmente no Termo de Referência nº. 008/2022/SGEL (Protocolo SGED nº. _____).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.1. Descrição, especificações, quantidades e preços praticados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
AMPLA CONCORRÊNCIA 75%					
1	ELETRODO APLICAÇÃO 1: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 5X10CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	1.500		
2	ELETRODO APLICAÇÃO ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 50X50CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	1.500		
VALOR TOTAL: R\$					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
COTA RESERVADA ME/EPP 25%					
3	ELETRODO APLICAÇÃO 1: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 5X10CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	500		
4	ELETRODO APLICAÇÃO ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA MODELO: DE SUPERFÍCIE, MATERIAL SENSOR: SILICONE, DIMENSÕES 50X50CM ACESSÓRIO: S, CABO ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PACOTE	500		
VALOR TOTAL: R\$					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP					



5	INFRAVERMELHO DE PEDESTAL MONTADO SOBRE BASE DE POLIETILENO INJETADO DE ALTO IMPACTO MEDINDO 0,56X0,56M, DOTADO DE 4 PÉS DESMONTÁVEIS E COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS. HASTE FLEXÍVEL, REFLETOR DE ALUMÍNIO ANODIZADO. REGULÁVEL NA ALTURA. INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA INCORPORADO AO CABO DE LIGAÇÃO. ACOMPANHA LÂMPADA DE INFRAVERMELHO DE 150W.,110/220 VOLTS.	UNIDADE	05		
6	TRAVESSEIRO IMPERMEÁVEL FORRADO COM MATERIAL IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL. ENCHIMENTO COM FIBRAS SILICONADAS, EXERCENDO A FUNÇÃO DE ISOLANTE TÉRMICO. ADAPTÁVEL PARA PESCOÇO, JOELHOS E ABDÔMEN. COM DIMENSÕES DE 55CMX45CM	UNIDADE	05		
7	BOLSA TERMICA COM GEL FLEXIVEL, PARA APLICAÇÃO DE COMPRESSAS QUENTE E FRIA. NÃO CONGELA. DIMENSÕES 12X25CM. INDICADO NO PÓS-TRAMA, CONTUSÕES E ALIVIO DE DOR QUANDO HÁ NECESSIDADE DE CALOR SUPERFICIAL OU CRIOTERAPIA.	UNIDADE	500		
8	SUPORTE PARA BOLA SUÍÇA DE PAREDE ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, COM PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA; PINTURA ELETROSTÁTICA FIXADO NA PAREDE; DESMONTÁVEL SUPORTA BOLAS DAS SEGUINTE MEDIDAS:450MM; 550MM; 650MM; 750MM; 850MM; 950MM; COMPOSIÇÃO FÍSICA: AÇO CARBONO; PARAFUSOS; BUCHAS.	UNIDADE	02		
9	BANDAGEM ELÁSTICA ALGODÃO AUTOADESIVA, HIPOALÉRGENICA, COM COR, IMPERMEÁVEL Á AGUA, PERMEÁVEL A GASES, TAMANHO CERCA DE 5 COM X 5M	UNIDADE	1.000		
10	POMADA DE USO TOPICO INDICADA PARA O TRATAMENTO DOS SINTOMAS DO REUMATISMO, NEURALGIAS (DOR INTENSA NA REGIÃO DA LESÃO ENVOLVENDO NERVOS), TORCICOLOS (ENRIJECIMENTO DOS MÚSCULOS DO PESCOÇO), CONTUSÕES E DORES MUSCULARES. COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: - 52,5 ML DE SALICILATO DE METILA; - 44,4 G DE CÂNFORA; - 20,0 G DE MENTOL; - VEÍCULO: 1,0 G.	UNIDADE	2.000		



11	AEROSSOL ANTI-INFLAMATÓRIO NÃO ESTERÓIDE QUE CONTENHA DICLOFENACO DIETILAMÔNIO COMO SUBSTÂNCIA ATIVA DE USO TÓPICO QUE AGE SOBRE A REGIÃO INFLAMADA ALIVIANDO O INCHAÇO E A DOR. INDICADO PARA ALIVIAR A DOR E DIMINUIR A INFLAMAÇÃO E O INCHAÇO EM DIVERSAS CONDIÇÕES DOLOROSAS QUE AFETAM AS ARTICULAÇÕES E MÚSCULOS, TAIS COMO: LESÕES MUSCULARES E ARTICULARES (POR EXEMPLO: ENTORSES, DISTENSÕES, CONTUSÕES, DORES NAS COSTAS E LESÕES ESPORTIVAS); TENDINITES (POR EXEMPLO: COTOVELO DE TENISTA); OSTEOARTRITE DE JOELHOS OU MÃOS.	UNIDADE	1.000		
12	BORRIFADORES DE ÁGUA E SOLUÇÃO PARA CLÍNICAS 340 ML EM PLÁSTICO;	UNIDADE	100		
13	BISNAGA DE PLÁSTICO 280 ML	UNIDADE	30		
14	POMADA DICLOFENACO DIETILAMÔNIO	UNIDADE	1.000		
15	FILTRO PARA EXERCITADOR RESPIRATÓRIO: O FILTRO QUE PERMITE O USO MÚLTIPLO DOS EXERCITADORES RESPIRATÓRIOS. POSSUI TELA ANTI-BACTERIANA E A DAPTA-SE A TODOS OS MODELOS E EXERCITADOR RESPIRATÓRIO USO INDIVIDUAL E NÃO DEVE SER REAPROVEITADO OU LAVADO PARA NÃO PERDER SUA CAPACIDADE ANTI-BACTERIANA. MATERIAL: PLÁSTICO COR: AZUL	UNIDADE	1.000		
16	EXERCITADOR RESPIRATÓRIO DIGITAL: EXERCITADOR QUE CONTENHA OS SEGUINTE MODOS DE RESPIRAÇÃO: MODO: TRAIN OBJETIVO: FORTALECER OS MÚSCULOS UTILIZADOS PARA RESPIRAR A FIM DE REDUZIR A FALTA DE AR E O ESFORÇO RESPIRATÓRIO. INTENSIDADE DO EXERCÍCIO: ALTA AJUSTÁVEL RESULTADOS EXIBIDOS: LOAD POWER, VOLUME, ÍNDICE DE FORMAÇÃO MODO: WARM OBJETIVO: PREPARAÇÃO (WARM-UP) DOS MÚSCULOS RESPIRATÓRIOS ANTES DO EXERCÍCIO OU ATIVIDADE, A FIM DE REDUZIR A FALTA DE AR. INTENSIDADE DO EXERCÍCIO: MÉDIO AJUSTÁVEL. MODO: COOL	UNIDADE	20		



FINALIDADE: AUXILIAR A RESPIRAÇÃO E A RECUPERAÇÃO MUSCULAR INSPIRATÓRIO APÓS EXERCÍCIOS EXTENUANTES.

INTENSIDADE DO EXERCÍCIO: BAIXA FIXO NECESSÁRIO PARA MANTER A INTENSIDADE DO TREINO. A INTENSIDADE DO TREINAMENTO PODE SER AJUSTADA NESTA MODO DE FORMA A CONFIGURAR MANUALMENTE A CARGA DE TREINAMENTO (CMH20).

ORIENTAÇÃO DE ESTÍMULO:
ESTE RECURSO DESTINA-SE A ORIENTÁ-LO A RESPIRAR COM UMA TAXA ADEQUADA. APESAR DE RESPIRAR PELO POWERBREATH DURANTE UMA SESSÃO DE TREINAMENTO, VOCÊ OUVIRÁ UM SINAL SONORO, QUE SOA APROXIMADAMENTE POR 5 SEGUNDOS. EXPERIMENTE E SONCRONIZE SEUS PADRÕES DE RESPIRAÇÃO PARA QUE VOCÊ SÓ COMECE A RESPIRAR DEPOIS DE TER OUVIDO O SINAL SONORO. O SINAL SONORO SOARÁ APENAS DEPOIS DE TER TERMINADO A EXPIRAÇÃO. ESTA FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO PACING PODE SER DESATIVADA.

RESULTADOS DO TREINAMENTO:
O SISTEMA DE RESULTADOS FORNECE O FEEDBACK SOBRE SUAS SESSÕES DE TREINAMENTO RESPIRATÓRIO E ASSIM VOCÊ MONITORAR SEU PROGRESSO E CONDIÇÃO MUSCULAR RESPIRATÓRIA O QUE PROPORCIONA A OTIMIZAÇÃO DE SUAS SESSÕES DE TREINAMENTO E PARA COMPRIR SUAS METAS.

COM VERSÃO COMPLETA DO SOFTWARE BREATH-LINK PARA GERENCIAR E ARMAZENAR SUAS ROTINAS DE TREINAMENTO E UTILIZAR PARÂMETROS DE TESTES ESPECÍFICOS PARA COMPARAR SEU DESEMPENHO.

A RESISTÊNCIA DEVE SER PROJETADA ESPECIFICAMENTE PARA COMBINAR AS MUDANÇAS DINÂMICAS DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA. NO INÍCIO DE CADA SESSÃO É FEITA A MEDIDA DE SUA FORÇA RESPIRATÓRIA E EM SEGUIDA ADAPTA-SE AUTOMATICAMENTE COMBINANDO SUA CAPACIDADE COM SUA NECESSIDADE DE TREINAMENTO. OS RESULTADOS SÃO APRESENTADOS NA TELA, PROPORCIONANDO UM MONITORAMENTO RÁPIDO E



	<p>FÁCIL DE SEU PROGRESSO, ALÉM DE AJUDÁ-LO NA OTIMIZAÇÃO DA TÉCNICA DE TREINAMENTO.</p> <p>DO SOFTWARE: PERMITE ATÉ 30 PERFIS DE USUÁRIOS E 1.200 SESSÕES ARMAZENADAS POR USUÁRIO; TESTE S-INDEX, PIF (PICO DE FLUXO INSPIRATÓRIO); INTERFACE GRÁFICA BREATH-LINK VIEW; MEDIÇÃO EM TEMPO REAL E ANÁLISE DE RESPIRAÇÃO; IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARQUIVOS. BRE (RESPIRANDO EXTENSÃO DE ARQUIVO) PARA PERMITIR O COMPARTILHAMENTO DE DADOS ENTRE USUÁRIOS INSPIRE-LINK; EM TEMPO REAL, FEEDBACK EM GRÁFICOS DE ALTA RESOLUÇÃO. CARGA EM CMH20.</p> <p>ESTAÇÃO COMPLETA, PERMITINDO EXECUTAR MAIS DE 27 TIPOS DE EXERCÍCIOS PARA PEITO, COSTAS, TRÍCEPS, BRAÇOS, BÍCEPS, OMBRO, PANTURRILHAS, PANTURRILHAS, OBLÍQUOS, ANTEBRAÇOS, ADUÇÃO, ABDUÇÃO, PERNAS, ABDÔMEM, E MUITOS OUTROS. REGULAGEM DE ALTURA DO BANCO E DOS ROLETES DE ALTURA DO BANCO E DOS ROLETES DAS PERNAS. POSSUI UM SUPORTE PARA ROSCA SCOTT COM REGULAGEM DE ALTURA. ASSENTO E ENCOSTO ERGONÔMICO E ANATÔMICO COM REGULAGEM DE ALTURA E DISTÂNCIA. COLUNA DE PESO 100 KG.</p> <p>INDICADO PARA: TREINAMENTO, GANHO DE FORÇA, RESISTÊNCIA MUSCULAR E CONDICIONAMENTO FÍSICO.</p> <p>CLASSIFICAÇÃO: SEMI-PROFISSIONAL/ RESIDENCIAL.</p> <p>COMPOSIÇÃO: AÇO, CARBONO, ESTOFAMENTO DE MADEIRA, ESPUMA E COURO ECOLÓGICO, POLIA COM ROLAMENTO, CABO DE AÇO REVESTIDO, ACABAMENTO PLÁSTICO, PINTURA EPÓXI, TIJOLINHO DE PESO EM PVC, AREIA E CIMENTO</p> <p>PESO DO PRODUTO: 202 KG PESO SUPOSTADO: 120 KG DIMENSÕES: 2,14M ALTURA X 1,07M LARGURA X 2,02M COMPRIMENTO</p> <p>COR: BRANCO COM ESTOFAMENTO PRETO.</p>				
17	CONJUNTO DE EXERCITADOR, AUXILIAR PARA AFILAMENTO.	UNIDADE	100		
18	CONJUNTO DE EXERCITADOR,	UNIDADE	100		



	DEDO DE LUVA COM 100 UNIDADES				
19	MATERIAIS FONOAUDIOLOGIA, ESPELHO NASAL DE ALTMANN, COM BLOCO DE REFERÊNCIA MILIMETRADO.	UNIDADE	50		
20	CONJUNTO DE EXERCITADOR, PLACA DE RESISTÊNCIA LABIAL, TAMANHO PEQUENO.	UNIDADE	100		
21	CILINDRO PERFURADO, PLÁSTICO COM BEXIGAS DESCARTÁVEIS (USO ÚNICO) PARA DISTÚRBIOS OROMIOFUNCIONAIS.	UNIDADE	100		
22	APARELHO TERAPIA ARTICULATÓRIO FLUXO AÉREO ORAL, PLÁSTICO CECEIO LATERAL, REFORÇO AERAÇÃO NASAL E ORAL.	UNIDADE	100		
23	ESTIMULADOR TÉRMICO, ALUMÍNIO, ROLO COM TUBO PARA AGUA QUENTE/FRIA, HASTE.	UNIDADE	20		
24	ABAIXADOR DE LÍNGUA PLÁSTICO COM SABOR – ESPÁTULA	UNIDADE	1.000		
25	PAQUÍMETRO DIGITAL PRÓ-FONO	UNIDADE	10		
26	CANETA PROPRIOCEPTIVA PRÓ-FONO	UNIDADE	10		
27	EXERCITADOR FACIAL	UNIDADE	20		
28	EXERCITADOR LINGUAL	UNIDADE	20		
29	MASSAGEADOR FACIAL ELÉTRICO DE 04 PONTEIRAS MARCA: FONOLOJA IMPORTS, MODELO BASTÃO.	UNIDADE	10		
30	HALTERE LABIAL	UNIDADE	10		
31	HALTERE LINGUAL	UNIDADE	10		
32	SCAPE SCOPE – PRÓ-FONO	UNIDADE	10		
33	CANUDOS DIFERENTES DIÂMETROS COM 10 UNIDADES	PACOTE	100		
34	BANDAGEM KINESIO TAPING GOLD FP BEGE (5M) EDITORA: DIVERSAS AUTOR: POLITEC	UNIDADE	50		
35	NEW SHAKER EDITORA: NCS, AUTOR: NCS	UNIDADE	10		
36	RESPIRON ATHLETIC 1 - ESFORÇO MÉDIO-ALTO EDITORA: NCS AUTOR: NCS	UNIDADE	10		
37	SHAKER CLASSIC EDITORA: NCS AUTOR: NCS	UNIDADE	10		
38	MASSA DE MODELAR PLAY-DOH COM 08 POTES DE CORES	CAIXA	500		
39	CANETA HIDROCOLOR COM 24 UNIDADES DE CORES DIVERSAS	ESTOJO	500		
40	LÁPIS DE COR CONTENDO 24 UNIDADES DE CORES DIFERENTES	ESTOJO	500		
41	ELÁSTICO ORTODÔNTICO COLORIDO 5/16 COM 100 UNIDADES	PACOTE	50		
42	ISSL - INVENTÁRIO DE SINTOMAS DE STRESS PARA ADULTOS DE LIPP - BLOCO DE APURAÇÃO,	BLOCO	04		



	CONTENDO 25 FOLHAS EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO				
43	IHSC - INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS - CADERNO DE APLICAÇÃO EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	UNIDADE	25		
44	BPR 5 - BATERIA DE PROVAS DE RACIOCÍNIO - 1 MANUAL, 10 CADERNOS DE APLICAÇÃO (5 FORMA A - 5 FORMA B), 1 BLOCO DE RESPOSTA RA (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RM (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RN (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RV (25 FOLHAS), 1 BLOCO DE RESPOSTA RE (25 FOLHAS) E 4 CRIVOS (2 PARA FORMA A E 2 PARA FORMA B)	TESTE	10		
45	TDE - TESTE DE DESEMPENHO ESCOLAR - 1 MANUAL, 5 CADERNOS DE APLICAÇÃO, 1 FICHA DO EXAMINADOR (SUBTESTE LEITURA), 1 FICHA DO EXAMINADOR (SUBTESTE ESCRITA) E 1 CRIVO DE CORREÇÃO DO SUBTESTE ARTIMÉTICA	TESTE	10		
46	R 2 - TESTE NÃO-VERBAL DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS - 1 LIVRO DE INSTRUÇÕES, 1 LIVRO DE EXERCÍCIOS, 1 BLOCO DE 25 FOLHAS, 1 CRIVO DE CORREÇÃO.	TESTE	10		
47	HTP - TESTE DE PERSONALIDADE/ ADULTO E CRIANÇA - 1 MANUAL E 10 LIVROS DE AVALIAÇÃO.	TESTE	01		
48	TÚNEL DO TEMPO - JOGO DE CARTAS COM 1 DADO E 1 PINO. FABRICANTE: ALGAZARRA BRINQUEDOS	JOGO	01		
49	AS PIRÂMIDES COLORIDAS DE PFISTER - VERSÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - KIT COMPLETO, CONTENDO: 1 MANUAL; 1 JOGO DE QUADRÍCULOS COLORIDOS; 1 BLOCO DE FOLHAS DE APLICAÇÃO (COM 25 FOLHAS); 3 CARTELAS COM ESQUEMA DE PIRÂMIDE E 1 MOSTRUÁRIO DE CORES EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	KIT COMPLETO	01		
50	BRINQUEDO 4 FAMÍLIAS PARA TERAPIA - KIT COMPOSTO POR 4 FAMÍLIAS DIFERENTES: CADA FAMÍLIA É COMPOSTA POR 1 CASAL DE AVÓS; 1 CASAL DE PAIS; 1 CASAL DE FILHOS, 1 BEBÊ E 1 CACHORRO MARCA: ATELIE JANAINA LADISLAU	KIT	01		
51	EBADEP - ESCALA BAPTISTA DE DEPRESSÃO INFANTO - JUVENIL. KIT COMPLETO, CONTENDO: 1	KIT COMPLETO	02		



	MANUAL E 25 FOLHAS DE RESPOSTAS. EDITORA: HOGREFE				
52	AS PIRÂMIDES COLORIDAS DE PFISTER- VERSÃO PARA ADULTOS. KIT COMPLETO, CONTENDO: 1 MANUAL; 1 BLOCO DE RESPOSTAS COM 30 FOLHAS; 1 CONJUNTO DE QUADRÍCULOS; 3 CARTELAS DE CORES E 1 MATRIZES DE CORES. EDITORA: HOGREFE	TESTE	01		
VALOR TOTAL: R\$					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 01					
53	IHSC - INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS - BLOCO DE APURAÇÃO MASCULINO, CONTENDO 25 FICHAS EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	BLOCO	01		
54	IHSC - INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS CONJUGAIS - BLOCO DE APURAÇÃO FEMININO, CONTENDO 25 FICHAS EDITORA: CASA DO PSICÓLOGO	BLOCO	01		
55	“POR QUE EU VOU À TERAPIA- CRIANÇAS ENTENDENDO A TERAPIA CONGNITIVO COMPORTAMENTAL AUTORES: MARINA GUSMÃO CAMINHA E LUCIANA TISSER EDITORA: SINOPSYS	LIVRO	01		
56	“TIPO ASSIM...: 100 PERGUNTAS PARA TERAPIA ADOLSCENTE” AUTOR: REGINA LOPES E ROBERTA NASCIMENTO EDITORA: MATRIX	LIVRO - CAIXINHA	01		
57	“BONS PENSAMENTOS- BONS SENTIMENTOS” AUTOR: PAUL STALLARD EDITORA: ARTMED EDITORA	LIVRO	01		
58	HABILIDADES SOCIAIS: 100 QUESTÕES PARA VOCÊ PENSAR SOBRE SUAS FORMAS DE SE REALACIONAR SOCIALMENTE - LIVRO INTERATIVO COM 10 CONJUNTOS DE CARTAS. AUTOR: BRUNO LUIZ AVELINO CARDOSO EDITORA: RIC JOGOS	LIVRO	01		
59	BARALHO DAS ATITUDES - LIVRO INTERATIVO COM 32 CARTAS. AUTOR: MARILDA LIPP E PAULO EDUADRDO BENZONI EDITORA: SINOPSYS	LIVRO	01		
60	BARALHO DAS HABILIDADES SOCIAIS - LIVRO INTERATIVO COM 32 CARTAS. AUTOR: CAMILA LUISI	LIVRO	01		



	RODRIGUES; CAMILA TARIF FOLQUITTO EDITORA: SINOPSYS				
61	BARALHO DAS DEPENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS - LIVRO INTERATIVO COM 117 CARTAS AUTOR: IGOR LINS LEMOS EDITORA: SINOPSYS	LIVRO INTERATIVO	01		
62	BARALHO DO TDAH - LIVRO INTERATIVO AUTOR: LUCIANA TISSER EDITORA: SINOPSYS	LIVRO INTERATIVO	01		
63	GINÁSTICA CEREBRAL AUTOR: CARLA SILVA EDITORA: MATRIX	LIVRO	01		
64	BARALHO DA ANSIEDADE - MANUAL COM 32 PÁGINAS; 1 CARTÃO PSICOEDUCAÇÃO E 84 CARTAS. AUTOR: LUCIANA TISSER EDITORA: SINOPSYS	LIVRO INTERATIVO	01		
65	BARALHO DA SEXUALIDADE - MANUAL COM 32 PÁGINAS E 144 CARTAS. AUTOR: ALINE SARDINHA EDITORA: SINOPSYS	JOGO	01		
66	BARALHO DO MODELO COGNITIVO PARA ADULTOS - 1 MANUAL E 135 CARTAS AUTOR: CAMILA AGUIAR; NATHALIA DANTAS EDITORA: SINOPSYS	JOGO	01		
67	CONVERSA ENTRE PAIS E FILHOS AUTOR: RAMSÉS SOHN EDITORA: IDEA	LIVRO	01		
68	MAIS DE 100 COISAS PARA FAZER COM O MEU FILHO AUTOR: ROSEMARA VICENTE EDITORA IDEA	LIVRO	01		
69	BRINCANDO DE MINDFULNESS: 50 EXERCÍCIOS PARA PRATICAR A ATENÇÃO AUTOR: PATRÍCIA CALAZANS EDITORA: MATRIX	LIVRO INTERATIVO	01		
70	BARALHO DAS FORÇAS PESSOAIS - MANUAL COM 96 FOLHAS E CARTAS. AUTOR: MIRIAM RODRIGUES EDITORA: SINOPSYS	LIVRO INTERATIVO	01		
VALOR TOTAL: R\$					

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 02					
71	RECURSOS PSICOTERAPÊUTICOS - JOGO COM TABULEIRO, DADO E CARTAS EM PAPEL COM A FRASE: "POSSO SER DE ALGUÉM, E AO MESMO TEMPO SER DE MIM MESMO." AUTOR: EDNAYARA	JOGO	01		
72	TABULEIRO DA ANSIEDADE -	JOGO	01		



	JOGO COM 108 CARTAS, 2 PINOS, 1 DADO, 1 TABULEIRO E 1 MANUAL DE INSTRUÇÃO. MARCA: RIC JOGOS				
73	CONVERSINHA TEENS - PARA ADOLESCENTES DE 13 A 17 ANOS – JOGO COM 25 CARTÕES DE PERGUNTAS MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01		
74	TÔ QUE TÔ! – JOGO COM 35 CARTAS MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01		
75	COMBO JOGOS TERAPÊUTICOS - JOGO CAÇA EMOÇÕES; TABULEIRO LIDANDO COM AS EMOÇÕES; JOGO COME-COME; TABULEIRO MOSTRINHOS DAS EMOÇÕES; JOGO POTE DAS EMOÇÕES. MARCA: FLOWRESCER EDCUAÇÃO EMOCIONAL - PRODUTOS DIGITAIS.	COMBO DE JOGOS KIT	01		
76	JOGO DOS MEDOS, EMOÇÕES E SENTIMENTOS - 1 TABULEIRO; 4 PINOS E 1 DADO. MARCA: CUSTOMIZAKI	JOGO	01		
77	PERGUNTE QUE EU RESPONDO - JOGO COMPOSTO POR 5 CARTAS DE EMOÇÕES E 54 CARTAS DE PERGUNTAS AUTOR: RAMSÉS SOHN EDITORA: IDEA	JOGO	01		
78	FOCA NOS ESTUDOS - JOGOS TERAPÊUTICOS, CONTENDO 20 CARTAS MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01		
79	JOGO DOS DILEMAS - LIVRO INTERATIVO COM 40 CARTAS AUTOR: VIVIANI ZUMPARO EDITORA: MATRIX	LIVRO	01		
80	JOGO: SOU NÃO SOU - 260 CARTÕES; 30 FOLHAS DE RESPOSTA; 1 FOLHA DE REGRAS. MARCA: TERAPIA CRIATIVA	JOGO	01		
81	JOGO DAS CRENÇAS - JOGO COM 40 CARTAS AUTOR: CAMILA AGUIAR EDITORA: RIC JOGOS	JOGO	01		
82	LUTO - JOGO COM 106 CARTAS MARCA: IDEA JOGOS	JOGO	01		
83	MEMÓRIA/EMOÇÃO - JOGO COM 60 PEÇAS EDITORA: RIC JOGOS	JOGO	01		
VALOR TOTAL: R\$					

2.2. O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das dotações orçamentárias – Exercício de 2022 da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a seguir:

	NUMERO	HISTÓRICO
Reduzida		-
Projeto/Atividade		
Elemento de Despesa		
Fonte de Recurso		

3.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O presente Instrumento de Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da ALMT.

4.2. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES RECEBIMENTO

5.1. O prazo de entrega dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de entrega da Nota de Empenho ou Nota de Autorização de Despesa – NAD pelo Fiscal do Contrato da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

5.2. O objeto do presente certame deverá ser entregue pela **CONTRATADA** na Superintendência de Saúde e Qualidade de Vida da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no Edifício Dante Martins de Oliveira, Piso Térreo, Avenida André Antônio Maggi, Lote 06, Setor A, CPA, CEP 78049-901 – Cuiabá, Mato Grosso, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, em dia útil.

5.3. Os materiais ofertados deverão atender perfeitamente aos padrões técnicos de segurança (funcionamento, não causar riscos de dano a pessoas ou a objetos etc.) e deverão ser novos, de primeiro uso, genuínos, de boa qualidade, obedecer as normas e especificações constantes no Termo de Referência e neste Contrato, às normas do INMETRO, conforme especificações e necessidade de cada produto, padrões da ABNT e demais normas nacionais e internacionais aplicáveis e atender

eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990), devendo ser observado principalmente a prescrição contida no seu artigo 39, VIII.

5.4. Os materiais deverão estar isentos de amassamentos, avarias e quaisquer outros defeitos que prejudiquem ou tornem imprópria sua utilização.

5.5. A **CONTRATADA** fornecerá os produtos conforme as marcas e especificações discriminadas em sua proposta.

5.6. O objeto deste termo de referência será recebido e avaliado com o escopo de verificar sua conformidade quanto à quantidade, qualidade e especificações descritas e nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da seguinte forma:

5.6.1. Provisoriamente, rigorosamente conforme descrito na especificação, deste Termo, conforme o quantitativo da Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela; **CONTRATANTE** e

5.6.2. Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, um servidor designado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, como Gestor e/ou Fiscal do Contrato, procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a conformidade com o exigido neste Termo de Referência, Edital e com o constante na respectiva proposta de preço da licitante vencedora.

5.6.2.1. Caso satisfatório as verificações deste inciso, o servidor atestará a efetivação da entrega do material na Nota Fiscal e a encaminhará a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, para fins de pagamento;

5.6.2.2. Caso insatisfatório as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da comunicação formal desta Administração;

5.6.2.3. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

5.6.2.4. Os custos de substituição do produto rejeitado correrão exclusivamente a expensas da **CONTRATADA**.

5.7. Demais condições de fornecimento (omissas neste termo de referência) deverão estar de acordo com o que prevê o código de defesa do consumidor.

5.8. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos ou serviços considerados inadequados ou em desconformidade com a especificação registrada neste Termo de Referência.

5.9. O prazo de entrega do produto poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, §1º e seus incisos, da Lei n.º 8.666/1993.

5.10. Em caso de divergência entre as quantidades, dimensões e qualidades, a **FISCALIZAÇÃO**, sob consulta prévia, definirá o procedimento correto;



5.11. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA;

5.12. As bulas dos produtos deverão estar descritas em português e atender ao Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde, especificado na **Resolução-RDC Nº 47, de 8 de setembro de 2009**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os bens devem ser preferencialmente, entregues acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.2. Todo documento deverá ser entregue pela **CONTRATADA**, quer seja pelo processo de cópia ou impresso, deverão ser feitos, preferencialmente, através de papel A4 ou papel ofício oriundos de processo de reciclagem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se aplicável);

7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.5. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação dos impedimentos;

7.1.6. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.7. Assumir, ainda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação;



7.1.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição do objeto deste Contrato e no Termo de Referência nº. 008/2022/SGEL, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme o disposto no Art. 65, Inciso II § 1º.

7.1.9. Recolher aos cofres públicos conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência nº. 008/2022/SGEL, bem como no Edital e seus anexos;

8.2. Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos materiais por meio de servidores especialmente designados para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva fatura, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

8.3. Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade identificada no fornecimento do material, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Contrato, Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico e em seus anexos.

8.4. Atestar as Notas Fiscais/Faturas relativas à efetiva entrega dos materiais, por servidor competente, conforme Nota de Empenho;

8.5. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

8.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.7. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Contrato, Termo de Referência, Edital e seus anexos.

8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato será designado servidor, conforme ato da Mesa Diretora, nos termos do art. 67, Lei nº 8.666, de 1993, que se responsabilizará

pelo registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

9.1.1. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será em até 30 (trinta) dias da entrada da Nota Fiscal/Fatura na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, de acordo com a Nota de Empenho e a Nota de Autorização de Despesa - NAD, após o atesto pela fiscalização do recebimento pela **CONTRATANTE**.

10.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, descrição do produto (com detalhes), o número e o nome do Banco, Agência e número da conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária e apresentação dos comprovantes atualizados de regularidade abaixo, sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Terceira:

a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, consistindo em certidões ou documento equivalente, emitidos pelos órgãos competentes e dentro dos prazos de validade exposto nas próprias certidões ou documentos;

b) Prova de regularidade fiscal para com a Procuradoria da Fazenda Nacional e para com a Procuradoria Geral do Estado, nos casos em que não sejam emitidas em conjunto às regularidades fiscais;

c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27 da Lei 8.036/90), em plena validade, relativa à Contratada;

d) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (art. 195, § 3º da Constituição Federal), em plena validade, relativa à Contratada;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

10.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** correspondentes aos produtos efetivamente entregues, nos termos previstos em contrato.

10.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – com o seguinte endereço: Edifício Gov. Dante Martins De Oliveira, Avenida André Antônio Maggi, S/N - CPA - Cuiabá/MT, CNPJ nº 03.929.049/0001-11, e deverão ser entregues no local indicado pela **CONTRATANTE**.

10.5. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e validade, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;



10.6. Deverá apresentar a Nota Fiscal de fornecimento/entrada dos produtos/serviços no ato da liquidação, procedimento de conferência.

10.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

10.8. Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de obrigação contratual, o prazo constante no item 10.1, poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação;

10.9. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

10.11. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio de operação de *factoring*;

10.12. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental.

10.13. As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da **CONTRATADA**;

10.14. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100} \times \frac{N}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.14.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

10.15. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Assembleia Legislativa em favor da Contratada, se esse valor for superior ao crédito

eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

10.15.1. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento.

10.15.2. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Administração proceder a cobrança judicial do valor devido.

10.16. O pagamento da fatura não será considerado como aceitação definitiva do objeto contratado e não isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº 8.666/93, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

12.1.2. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.3. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

11.1.4. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

11.1.5. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

11.1.6. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

12.1.7. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

12.1.8. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



12.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei 8.666/93;

12.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

12.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

12.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

12.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

12.1.14. A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

12.1.15. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

12.1.16. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

12.1.17. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

12.1.18. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

12.1.19. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.2. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à **CONTRATADA** direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

12.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;



12.4. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela **CONTRATANTE** e, previstas no presente Contrato e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Conforme disposto no Art. 80, da Lei nº 8.666/93, a rescisão de que trata o inciso I do artigo 79 da mencionada lei, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Geral de Licitações:

12.6.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.6.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58, da Lei nº 8.666/93;

12.6.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

12.6.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

12.6.5. A aplicação das medidas previstas nos itens 12.6.1 e 12.6.2 fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.6.6. É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

12.6.7. Na hipótese do item 12.6.2., o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.

12.6.8. A rescisão de que trata o inciso IV do artigo 79, da Lei nº 8.666/93 permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I deste artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A **CONTRATADA** que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº. 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1. Por atraso injustificado na entrega do produto;

13.1.1.1. Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor inadimplido;

13.1.1.2. Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor inadimplido, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;



13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre valor inadimplido, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a **CONTRATANTE**;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou cobradas administrativa ou judicialmente.

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a **CONTRATADA**, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à **CONTRATANTE**.

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das demais, quando cabíveis.

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a **CONTRATADA** poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7.º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato, no Termo de Referência, Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

14.1. A legislação aplicável a este Contrato será a Lei nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 840/2017, e, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), demais legislações pertinentes e as condições e especificações estabelecidas no Processo Pregão Eletrônico nº _____ - Ata de Registro de Preços nº. _____ e no Termo de Referência nº 008/2022/SGEL, (Protocolo SGED. nº _____), bem como as cláusulas deste Instrumento.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Integram este Contrato, o Edital do Pregão Eletrônico nº _____, seus anexos, e a proposta comercial apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme dispõem as Leis Federais nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Código Civil e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria;

15.3. A abstenção, por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos e/ou faculdades que lhe assistem em razão deste contrato e/ou lei não importará renúncia a estes, não gerando, pois, precedente invocável.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, em ___ de _____ de 2022.

<p style="text-align: center;"><u>CONTRATANTE</u></p> <p style="text-align: center;">ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ nº 03.929.049/0001-11</p>	<p style="text-align: center;"><u>DEPUTADOS – MESA DIRETORA</u></p> <p>Dep. Eduardo Botelho: _____ Presidente</p> <p>Dep. Max Russi: _____ 1º Secretário</p>
<p style="text-align: center;"><u>CONTRATADA</u></p> <p style="text-align: center;">EMPRESA _____ CNPJ nº _____</p>	<p style="text-align: center;"><u>REPRESENTANTE LEGAL</u></p> <p style="text-align: center;">_____ RG nº. _____ CPF nº. _____</p>
<p><u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF Nº: _____ ASSINATURA: _____</p>	<p><u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF Nº: _____ ASSINATURA: _____</p>